



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025.

(Do Senhor Deputado Alceu Moreira)

Requer a realização de audiência pública para debater a nova política fundiária adotada pelo Governo Federal e seus impactos sobre a segurança jurídica no campo,

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste requerimento solicitar a realização Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de debater a nova política fundiária adotada pelo Governo Federal e seus impactos sobre a segurança jurídica no campo

Para o encontro, sugiro o convite do seguinte palestrante:

- **Geraldo Melo Filho**, Ex-presidente do INCRA

JUSTIFICAÇÃO

O atual cenário fundiário brasileiro tem despertado crescente preocupação no setor agropecuário, diante de uma sucessão de medidas adotadas pelo Governo Federal que fragilizam o direito de propriedade, comprometem a segurança jurídica no campo e estimulam, direta ou indiretamente, a invasão de terras.

A publicação de decretos, portarias e instruções normativas, bem como a revogação de instrumentos que garantiam responsabilidade fiscal e critérios objetivos para a política de reforma agrária, demonstram um direcionamento da política fundiária do atual governo, priorizando grupos organizados em detrimento da legalidade, da impessoalidade e da transparência e equidade na política de acesso à terra no Brasil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em especial, o mês de abril tem sido historicamente marcado pela intensificação de atos ilegais promovidos por movimentos invasores, como no chamado “Abril Vermelho”, quando se multiplicam os crimes de invasão de propriedades, sejam elas públicas ou privadas. A intensificação dessas ações, muitas vezes com a conivência do poder executivo, agrava a tensão no campo e coloca em risco a integridade de produtores, trabalhadores e famílias rurais.

É fundamental que esta Comissão promova um debate técnico sobre os impactos dessa nova política fundiária, ouvindo especialistas e autoridades com conhecimento sobre o tema.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.
Deputado Federal

